



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 9 de outubro de 2023

<b>Bolsas</b> Na sexta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na sexta-feira	<b>Salário mínimo</b> R\$ 1.320	<b>Euro</b> Comercial, venda na sexta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,78% São Paulo	113.419	R\$ 5,162 (-0,14%)		R\$ 5,466	12,65%	12,60%	Abril/2023 0,61 Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23
0,87% Nova York	3/10 4/10 5/10 6/10	Últimos					
		2/outubro 5,067					
		3/outubro 5,154					
		4/outubro 5,153					
		5/outubro 5,169					

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

# OCDE é deixada de lado por Lula

Processo de entrada do Brasil na organização está parado desde o fim do ano passado. Fontes do governo dizem que existe uma "avaliação interna". No fim de 2022, país tinha aderido a 108 instrumentos legais, faltando 122 dos 230 previstos

» ROSANA HESSEL

Apesar de ter sido uma das principais apostas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o processo de adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o chamado clube dos ricos, não tem avançado desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Diplomatas estrangeiros admitem que o processo está parado e não veem movimento algum na direção da OCDE, pois o país ainda precisa se enquadrar em 122 dos 230 instrumentos legais previstos.

Procurado, o Ministério da Fazenda evitou comentar sobre o assunto, mas negou que o processo esteja paralisado e encaminhou a demanda para o Ministério das Relações Exteriores, que coordena o grupo de trabalho interministerial sobre o processo de adesão do Brasil. De acordo com fontes da chancelaria, a adesão do país à OCDE está "em processo de avaliação interna". Elas garantem, contudo, que a pauta não está parada e que, até dezembro, haverá algum encaminhamento. Segundo os técnicos, os últimos processos de países latino-americanos, Colômbia e Costa Rica, demoraram sete anos. "Trata-se de um processo negociador demorado", disse uma fonte do Itamaraty.

A adesão de um país à OCDE consiste em um rigoroso trâmite de avaliação por parte da entidade e de seus membros, das políticas públicas brasileiras e do alinhamento do país às boas práticas internacionais, e geralmente leva mais de cinco anos. Áreas como tributária, gestão, governança, combate à corrupção são os principais calcanhares de Aquiles do Brasil para fazer parte desse grupo seleto de países.

A expectativa do governo anterior com a adesão do Brasil à OCDE era, por exemplo, "ampliar a integração do país à economia mundial por meio do aprimoramento do ambiente de negócios", além do alinhamento de políticas públicas "às melhores práticas internacionais".

Em conversa com o **Correio**, diplomatas de representações europeias não demonstraram surpresa com a paralisação do processo de adesão, pois, historicamente, nos mandatos anteriores, Lula não demonstrava interesse em tornar-se membro pleno da OCDE. "Não vejo uma palha sendo movida pelo governo para avançar no processo de adesão da OCDE", disse um representante de um país europeu.

Especialistas lembram que o atual conselheiro do presidente e ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim nunca demonstrou muito apreço para o Brasil ser membro efetivo do clube dos ricos, pois sempre defendeu um alinhamento mais ideológico entre emergentes e no eixo Sul-Sul. "Existem resistências dentro do Itamaraty quanto aos reais ganhos de entrar em um foro no qual seríamos totalmente 'rule-taker', ou

seja, as principais decisões não passariam pelo Brasil", disse um especialista que atua próximo às embaixadas e ao Congresso.

Segundo esse analista, o mais interessado para fazer o processo de adesão do Brasil à OCDE é o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que pediu um levantamento dos projetos legislativos do Congresso nessa direção, como a Medida Provisória nº 1.152/2022, que foi transformada na Lei nº 14.596, em junho deste ano, e traz mudanças relacionadas ao cálculo e à documentação dos preços de transferência no país. Esse levantamento ainda está sendo feito.

Especialistas lembram que uma das poucas vezes em que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mencionou a OCDE foi na defesa pela aprovação da volta do voto de qualidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Com isso, a União voltou a ter o voto de minerva em caso de empate das decisões do tribunal.

### Histórico

Criada em 1961, a OCDE tem 38 membros plenos atualmente, que respondem por 80% do comércio e dos investimentos globais. O último país a concluir o processo de adesão foi a Costa Rica, em 2021.

O pedido de adesão do Brasil à OCDE não é recente. Foi formalizado em 2017, no governo Michel Temer (MDB), após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), e tornou-se uma das principais bandeiras do governo Jair Bolsonaro. Apenas em janeiro de 2022, a OCDE fez o convite oficial para o Brasil e mais cinco países: Argentina, Peru, Bulgária, Croácia e Romênia. Em junho do mesmo ano, o roteiro de adesão à organização do Brasil e de mais quatro países: Peru, Bulgária, Croácia e Romênia, foi aprovado pela entidade. E, em setembro, o governo brasileiro enviou à OCDE o memorando inicial, avaliando o grau de alinhamento das legislações e das práticas do país aos padrões da entidade.

Depois disso, houve as eleições gerais e essa agenda ficou de lado no fim do ano passado. "Após a revisão indicada pelo secretariado da OCDE, os membros do Comitê Gestor aprovaram os termos do memorando inicial, que foi formalmente enviado pelo Ministério das Relações Exteriores à Organização no dia 30 de setembro de 2022. O Memorando Inicial é um documento composto por 1.170 páginas, dividido em 32 capítulos temáticos, que descrevem a situação atual das políticas públicas praticadas no Brasil em relação a 230 instrumentos legais da OCDE, tendo o Brasil já aderido a 108, solicitado a adesão a 45 e ainda não aderido a 77 desses instrumentos", destacou o texto do último relatório do processo de adesão do Brasil na OCDE, referente ao quadrimestre de setembro a dezembro de 2022.

### O clube dos ricos

Criada em 1960, a OCDE é um grupo de países ricos que, teoricamente, adotam as melhores práticas internacionais em várias áreas. Atualmente, a organização possui 38 países membros plenos e, para fazer parte desse clube, é preciso um longo processo de adequação para a assinatura do termo de adesão



### MEMBROS PLENOS DA OCDE

País	Data de adesão
1º Estados Unidos	12/04/1961
2º Canadá	10/04/1961
3º Reino Unido	2/05/1961
4º Dinamarca	30/05/1961
5º Islândia	5/06/1961
6º Turquia	2/08/1961
7º Espanha	3/08/1961
8º Noruega	4/07/1961
9º Portugal	4/08/1961
10º França	7/08/1961
11º Irlanda	17/08/1961
12º Suécia	28/09/1961
13º Suíça	28/09/1961
14º Bélgica	13/09/1961
15º Alemanha	27/09/1961
16º Grécia	27/09/1961
17º Áustria	29/09/1961
18º Países Baixos (Holanda)	13/11/1961
19º Luxemburgo	7/12/1961
20º Itália	29/03/1962
21º Japão	28/04/1964
22º Finlândia	28/01/1969
23º Austrália	7/06/1971
24º Nova Zelândia	29/05/1973
25º México	18/05/1994
26º República Tcheca	21/12/1995
27º Hungria	7/05/1996
28º Polônia	22/11/1996
29º Coreia do Sul	12/12/1996
30º Eslováquia	14/12/2000
31º Chile	7/05/2010
32º Eslovênia	21/07/2010
33º Israel	7/09/2010
34º Estônia	9/12/2010
35º Letônia	1º/07/2016
36º Lituânia	5/07/2018
37º Colômbia	28/04/2020
38º Costa Rica	25/05/2021

Fonte: OCDE e Coordenação do grupo do Brasil na OCDE

### Países em processo de adesão iniciado em janeiro de 2022

- Argentina
- Brasil
- Peru
- Croácia
- Bulgária
- Romênia

Obs.: Os roteiros de adesão de Brasil, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia foram adotados na reunião ministerial do Conselho em 10 de junho de 2022. As conversações sobre os próximos passos com a Argentina estão em curso.

### PRINCIPAIS AÇÕES DA OCDE

- Melhora dos sistemas de educação
- Promover o desenvolvimento regional
- Combate à corrupção
- Promoção de conduta de negócios responsável
- Orientar reformas

A aproximação da OCDE pode ajudar o Brasil a recriar as bases para o crescimento econômico sustentável, com inclusão social e preservação do meio ambiente, e de potencializar os benefícios das reformas propostas. A Organização permite a troca de informações e alinhamento de políticas entre os países-membro com o objetivo de potencializar o crescimento econômico e contribuir para o desenvolvimento de todos os participantes, tornando-se um importante ator na busca de soluções de políticas públicas em um mundo globalizado.

